



sáb, set 24 2016

Enviar por e-mail Imprimir esta página

Acre tem 2,5% do total de terras indígenas não dadas e apenas 4 casos de violência a marca



Apesar de ser um estado onde ainda é considerado baixo o nível de conflitos pelos direitos indígenas, em relação a outros locais do país, como Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, o Acre ainda tem 17 terras indígenas que aguardam pela finalização do procedimento demarcatório. O número é do relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015, divulgado na última este mês pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). No total, o país tem 654 áreas nessa situação. Com isso, o Acre representa apenas 2,5% de todas as terras em conflito ou não definidas no país.

Essas áreas se situam nos municípios de Mâncio Lima, Sena Madureira, Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano, Tarauacá, Feijó, Assis Brasil, Marechal Thaumaturgo e Jordão. A situação dessas áreas não demarcadas é a seguinte: nove estão na situação “a identificar”, ou seja, incluídas em programas da Fundação Nacional do Índio (Funai) para receber grupos técnicos para futuras identificações. Uma terra foi homologada, com decreto presidencial, mas aguarda por registro. Outras duas áreas, apesar de portaria declaratória do Ministério da Justiça, esperam por homologação. Uma terra está com restrição ao direito de ingresso, locomoção ou permanência de pessoas estranhas à Funai, para proteção de índios isolados. E ainda quatro terras estão na situação de “sem providências” – lugares reivindicados pelos povos indígenas, mas que não constam na listagem da Funai e, por isso, ainda não são reconhecidas como efetivamente áreas indígenas.

Em 2015, o Acre registrou apenas quatro casos de violência contra índios, segundo o CIMI, sendo um deles de “abuso de poder”, não especificado, em Mâncio Lima. O mais grave foi um homicídio em Santa Rosa do Purus, mas não por motivos de discriminação ou ódio étnico, uma ameaça e uma agressão em Feijó.

Segundo o CIMI, O Mato Grosso do Sul lidera o ranking, com 20 mortes de índios, seguido por Tocantins (TO), que teve seis assassinatos. Das mortes, 21 foram com armas brancas e 15 com armas de fogo.

COLUNA

Bom dia

Acre em Foco

AGENDA DOS CANDIDATOS

Eleições 2016

Marcus Alexandre
AGENDA



FRASE DO DIA



Lula



“Vi um grupo de meninos que investigam minha vida há dois anos fazer um show de pirotecnia contra mim sem provas, só com convicções. Vocês têm concurso, mas não foram escolhidos para ser Deus”



DIÁRIO ELETRÔNICO



EXECUTIVO
 Diário Oficial da União



EXECUTIVO
 Diário Oficial do Estado



JUDICIÁRIO
 Diário Oficial da Justiça



ELEITORAL
 Diário Oficial do TRE-AC

ONU teme aumento da violência contra índios e cobra governo brasileiro

A Relatora Especial das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, apresentou em Genebra, na Suíça, o relatório sobre a situação dos índios no país, após sua visita realizada este ano. O governo brasileiro, conforme informações da delegação de lideranças indígenas presente na 33ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (UNHRC), iniciou uma operação para desconstruir o documento, que conclui: “No atual contexto político, as ameaças que os povos indígenas enfrentam podem ser exacerbadas e a proteção de longa data de seus direitos pode estar em risco”. A situação se agravou nos últimos meses, com propostas para alterações na orientação da FUNAI e o temor da entrega de sua deiração a grupos religiosos que não teriam compromisso com a cultura indígena. Na última semana, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, exonerou o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Artur Nobre Mendes. Em seu lugar, Moraes colocou seu assessor especial no Ministério da Justiça, Agostinho do Nascimento Netto, procurador de Justiça. O presidente caiu por protestar contra posição contra movimento de criminalização de supostos assassinatos de bebês indígenas, que culminou com a entrega da tocha olímpica para uma indígena supostamente “salva” da morte em sua tribo.

Para chegar às críticas formuladas contra o governo brasileiro, a Relatora da ONU visitou os estados do Mato Grosso do Sul, Pará e Bahia. Ouviu lideranças indígenas, visitou as comunidades e esteve com representantes dos três poderes da República, além de organizações ligadas ao agronegócio. “Nos oito anos que se seguiram à visita de meu predecessor (James Anaya), há uma inquietante ausência de avanços para a implementação das recomendações do Relator Especial e na solução de antigas questões de vital importância para os povos indígenas”, diz Victoria em sua conclusão da visita.

Não foram apenas relatos e denúncias que levaram a Relatora a afirmar que os indígenas estão em “status de marginalização” no país, envolvendo o que chama de “sérias violações aos seus direitos”. Menos de 48 horas depois da Relatora ter visitado o tekoha – lugar onde se é – Kurusu Ambá, no Mato Grosso do Sul, o povo Guarani e Kaiowá que vive na terra indígena foi duramente atacado por pistoleiros. Além disso, parlamentares da bancada ruralista da Assembleia Legislativa do estado fizeram ataques na imprensa à Relatora.

“(O Brasil deve) iniciar um inquérito nacional independente e transparente sobre a violação dos direitos dos povos indígenas. Tal deveria ser implementada em cooperação com os povos indígenas, objetivando transformar a relação do Estado com eles em uma relação baseada no respeito, justiça e autodeterminação”, aponta Victoria. Para a Relatora, é preciso que o governo brasileiro tome medidas urgentes para enfrentar a violência e discriminação contra os povos indígenas. No entanto, Victoria afirma que para isso outras medidas devem ser observadas.

Medidas

Instituições públicas como a Fundação Nacional do Índio (Funai) devem ser fortalecidas, demarcar e proteger as terras indígenas, garantir a consulta prévia, livre, informada e de boa-fé dos povos indígenas com relação aos impactos dos grandes empreendimentos – respeitando os protocolos e consentimentos inerentes a cada povo, entendendo que para cada um existe entendimentos distintos. Outro ponto destacado nas conclusões do relatório é o acesso à Justiça, que precisa ser facilitado aos indígenas. Victoria faz críticas às autoridades públicas brasileiras, que para ela precisam de capacitação para tratar dos direitos dos povos tradicionais.

“(Capacitação) inclusive para altas autoridades do Poder Executivo e juízes de primeiro grau, considerando sua inapropriada aplicação de doutrinas que negam direitos”, pontua a Relatora em suas conclusões. Victoria entende que os povos indígenas são considerados pelo Estado brasileiro como um peso ou “um obstáculo para o desenvolvimento nacional (...) suas contribuições para a sociedade brasileira deveriam ser amplamente reconhecidas, e devidamente apreciadas e celebradas”, defende a Relatora.



ARTIGO



Uma Amazônia chamada Genésio

Elson Martins



Acre lidera crescimento do emprego no país

José Fernandes do

CHARGE



Veja também:



Acre possui 15 terras indígenas que ainda não foram reconhecidas



Pancadas de chuva caem no Acre nesta segunda-feira (29)



Em todo estado o tempo será instável com possibilidade de chuva forte nesta sexta



Processo Seletivo SGA e SEAPROF – AC



Temperatura baixa em todo estado, diz Sipam



Acre deve ter sexta-feira com muito mormaço e chuva, prevê Sipam

★★★★★ (No Ratings Yet)

HEMOCARDIO
Cuidando do seu coração

(68) 3224-1221
(68) 3224-1225

Rua Alvorada, Nº 806 - Anexo I HSJ
Bairro Bosque - Rio Branco - Acre

GLOSS

3224-1608 / 9226-6050
Rua Amazonas, 466 - Cerâmica

GS GoldSkill Telefone: **(68) 9984-2292**
www.goldskill.com.br
By Sylvane Gadelha

Baseção do GRINGO

TIJOLOS 6 FUROS E 6 FUROS AREIA
TIJOLOS MACIÇOS BARRO
BRITA LAJE PRÉ-MOLDADA

(68) 3221-1785 / 9991-4114 / 9218-1300

Estúdio Carvalho
Registrando os melhores momentos da sua vida!

• Formatura • Evento • Aniversário
• Ensaio Fotográfico • Curso Fotográfico • Assessoria de Imprensa • Book

Alexandre Carvalho
Fotógrafo

55 (68) 9952-1020
55 (68) 9208-2111
Facebook: fotosdoacre
E-mail: ac.fotosdoacre@hotmail.com

BIS PUBLICIDADE 68 3223-7007

CONCURSO/EMPREGO



Instituto SENAI de Tecnologia abre vagas para cursos técnicos



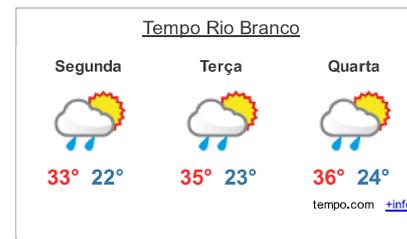
TJAC abre processo seletivo para estágio



TRT RO/AC abre Processo de Remoção

e de Aproveitamento para Juiz Substituto

Governo federal vai contratar 13 mil servidores em 2017



© 2016 Jornal A Tribuna. Todos os direitos reservados. Tema editado por DSG - Produção e Design